

## LEXICOGRAFIA PORTUGUESA. PERSPECTIVA CRÍTICA

*Telmo Verdelho*

Universidade de Aveiro

1. O bibliónimo *Dictionary* foi pela primeira vez publicado em Portugal em 1551 no título de um pequeno manual escolar, *Hieronymi Cardoso Dictionary Iuventuti studiosae admodum frugiferum* (Cardoso 1551)<sup>1</sup>, destinado ao ensino do latim a estudantes portugueses. Trata-se de um abreviado vocabulário latim-português, com 3.300 entradas, distribuídas por grupos temáticos, sem qualquer ordem alfabética e com valorização de um universo de referência profano, com alargado espaço para a terminologia da medicina.

A primeira dicionarização efectiva do português, com alfabetização do conjunto do corpus lexical, teve lugar em 1562, com a publicação de um dicionário de português-latim (Cardoso 1562-1563). Regista cerca de 12.000 entradas e oferece uma boa documentação do vocabulário comum, tradicional e não erudito da língua. Todavia, apresenta já alguns indícios da renovação latinizante que se encontrava crescentemente exercitada nos textos dos humanistas e nos versos de poetas como Camões.

A lexicografia portuguesa, prolongando a herança latina, nasceu um pouco mais tarde do que a de outras línguas europeias, e teve um percurso menos abundante, em obras publicadas, mas não deixou de preencher um espaço interessante, pela sua dimensão linguística e cultural, e ainda por uma certa originalidade, no panorama amplo da elaboração dicionarística das línguas modernas.

Poderemos salientar, entre vários aspectos observáveis no percurso histórico da lexicografia portuguesa, um conjunto de traços mais caracterizadores, que particularmente a distinguem de outras experiências lexicográficas suas contemporâneas, e que marcam a sua especificidade. Nomeadamente:

1. Não se conhece actualmente nenhum exemplar da edição *princeps*.

- herança residual no que respeita à produção glossarística da Idade Média,
- estreita e continuada vinculação à tradição europeia, particularmente italiana, espanhola e francesa,
- surgimento relativamente tardio,
- produção de uma precoce e original lexicografia transeuropeia ligada à missionação,
- destacado predomínio da lexicografia escolar dos Jesuítas, até 1750,
- emergência singular duma obra monumental: o *Vocabulário* de Rafael Bluteau (1712-1728),
- período áureo de produção lexicográfica na segunda metade do século XVIII, correspondente ao início de uma dicionarística verdadeiramente moderna,
- recepção dos dicionários no Brasil e interacção francesa,
- democratização do dicionário prático na primeira metade do século XIX,
- inexistência de uma política da língua e desamparo institucional em relação à elaboração e produção lexicográfica, em contraste com o contributo gracioso proveniente do espaço não lusófono.

Estas observações não compendiam toda a história dos dicionários portugueses. Muitos outros factos assinalaram o seu percurso e condicionaram a sua produção e interacção no horizonte linguístico e cultural português. Os dicionários para além de inesperadas peripécias bibliográficas, que muitas vezes acompanharam a sua publicação, integraram-se na vida das línguas e dos povos como um objecto de civilização. Constituem agora, pela acumulação de alguns séculos, um património documental onde se encontram repercutidas, de maneira muito sensível, a sociedade e as suas vicissitudes, neles transparecem os recursos técnicos e económicos, a vida literária, e até o trânsito político e as ondas ideológicas. Os dicionários portugueses são, sob este ponto de vista, proveitosamente instrutivos. Tiveram um processo de emergência e de divulgação, que lhes permitiu acompanhar, com uma discreta inocência testemunhal, sobretudo os últimos duzentos anos da história nacional. Alguns foram objecto de edições sequenciadas em genealogias mais ou menos “generosas” e mais ou menos prolongadas. O caudal do léxico foi-se acumulando e transmitindo de maneira quase automática, com algumas raras interferências de vigilância crítica.

Perspectivando um roteiro da lexicografia portuguesa poderíamos anotar uma linhagem sucessória em que se distinguem os nomes de Jerónimo Cardoso (1510?-1569) Bento Pereira (1605-1681), Rafael Bluteau (1638-1734), António de Moraes Silva (1755-1824), Joaquim José da Costa e Sá (1740-1803), Pedro José da Fonseca (1751-1816), Francisco Solano Cons-tâncio (1772?-1846), José da Fonseca (1788-1866), Inácio Roquete (1801-1870), Domingos Vieira (?-1854), Caldas Aulete (1823-1878), António Lopes Santos Valente (1839-1896), Candido de Figueiredo (1846-1925), Augusto Moreno (1870-1955), Cardoso Júnior (1884-1969), Francisco Torrinha (1879-1955), José Pedro Machado (1914-2005), Almeida Costa, Sampaio e Melo, e no Brasil, entre outros, Antenor Nascentes (1886-1972), Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1910-1989), Geraldo da Cunha (1924-1999) e António Houaiss (1915-1999).

O contributo destes autores fluiu, transfundiu-se e transcendeu o âmbito do legado pessoal, para ser continuado em edições póstumas “actualizadas”, “revistas”, “corrigidas”, “renovadas”, “emendadas”, “acrescentadas”, “melhoradas”, “enriquecidas”, “reformadas”, “ampliadas”, “adicionadas”, numa herança de intercolaboração de gerações, que faz de quase todos os dicionários textos característicos de autoria colectiva.

Na tradição portuguesa, a mais ilustre e prolongada linhagem é a de António de Moraes Silva que, por sua vez, retoma o testemunho do *Vocabulário* de Bluteau que ele próprio quis repercutido no título da edição inicial. Começou em 1789 com a publicação do *Diccionario da lingua portugueza / composto pelo padre D. Rafael Bluteau; reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva* (Moraes 1789), e foi reeditado, sempre em dois volumes, em 1813, 1823, 1831, 1844, 1858, 1877-78, 1889, 1891, e finalmente retomado para uma edição monumental (12 volumes), com o título *Grande dicionário da língua portuguesa / António de Moraes Silva; 10ª ed / revista, corrigida muito aumentada e actualizada segundo as regras do acordo ortográfico luso - brasileiro de 10 de Agosto de 1945 por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado* (Moraes 1949-1959). Geralmente mencionado, desde as primeiras edições, pela designação metonímica de “o Moraes”, este dicionário é citado e aludido, sobretudo a partir dos meados do século XIX, por gramáticos e grandes escritores, entre eles, Camilo Castelo Branco, como a mais importante referência normativa para autorizar e esclarecer o léxico português (cfr. Verdelho 2002).

2. A reflexão lexicográfica participa da história da língua, é uma condição do seu ordenamento normativo e, de certo modo, acompanha a língua escrita antes do aparecimento dos dicionários. O dicionário é um instrumento metalinguístico tardio, que veio fazer parceria com a gramática, no apoio ao ensino e ao uso da língua. A gramática surgiu na antiguidade clássica, na sequência da reflexão linguística dos filósofos e sofistas gregos e dos filólogos helenistas, mas o dicionário é uma “arte” moderna, criada para o estudo e uso do latim, no âmbito do humanismo renascentista, e depois desenvolvida, até aos nossos dias, com o apoio da técnica tipográfica, no percurso progrediente da generalização da escrita por parte das línguas modernas.

Em todo o caso, os dicionários latinos, que começaram a ser publicados no final do século XV, não surgiram “ex nihilo”, foram precedidos por alguns textos medievais pré-dicionarísticos –v.g. *Elementarium* de Papias (1050) (cfr. de Angelis 1977-1980 e Shaw 1997) e *Catholicon* de Balbo (1286) (cfr. Shaw 1997)– e sobretudo por uma considerável produção glossarística, que facilitava o acesso aos textos latinos e apoiava o ensino do latim. Desse património de glossários medievais, que é relativamente abundante para algumas línguas europeias, guarda-se para o português apenas um modesto e delido manuscrito alcobacense, dos séculos XIII ou XIV, com uma lista alfabética de verbos latinos (cerca de 3.000) a que foram acrescentadas as equivalências portuguesas (1.130 formas diferentes –muitos verbos portugueses são várias vezes repetidos e utilizados para traduzirem os verbos latinos correspondentes que foram agenciados de modo mais copioso por uma longa tradição de escrita)<sup>2</sup>. Houve provavelmente mais glossários de latim-português, mas são hoje herança perdida.

A escrita portuguesa desse tempo repercute o espírito pré-dicionarístico da cultura literária medieval, especialmente nos textos dedicados ao relacionamento jurídico, que retomam as formas latinas e as traduzem quanto à letra e quanto ao sentido (cfr. José de Azevedo Ferreira 1980 e 1987, e ainda Miranda Menéndez 2004).

Também nos textos de Avis são frequentes as transcrições de sequências glossarísticas e os enunciados redundantes, que procuram com insistência garantir o acesso à significação das palavras. Nestas obras, com objectivos bem distantes da reflexão discursiva, salienta-se a informação

2. Descrito no *Inventário dos códices alcobacenses* com o nº CDIV/286: “Pequeno dicionário de verbos latinos com a correspondente significação em português. No fim algumas notas sobre versificação... letra gótica cursiva, miúda, dos meados do século XIV” (p. 257); ver Carter (1953). Cfr. Verdelho (1995: 195 e 515).

metalinguística, sobretudo orientada para o esclarecimento lexical e filológico, e a preocupação de traduzir o latim para linguagem<sup>3</sup>.

A escrita “em linguagem”, na Idade Média, pela sua insistente redundância, acusa bem a ausência dos dicionários, que a partir do século XVI vão libertar os autores para um certo aligeiramento da intransparência semântica, para a inovação lexical, e também para uma fácil intertextualização do latim em citações eruditas e de ornamento estilístico. Com o advento da produção lexicográfica, termina também a tradição glossarística. As gramáticas latinas, que começaram a ser impressas em grande número e distribuídas individualmente pelos estudantes, e os pequenos dicionários escolares, organizados por grupos temáticos de palavras, permitiam a aprendizagem sistemática, dos verbos e nomes anómalos e do vocabulário em geral.

3. Em Portugal a renovação deste horizonte metalinguístico foi feita no âmbito duma estreita e continuada vinculação à tradição europeia.

A língua portuguesa, desde o início da sua memória escrita, recebeu informação metalexiconográfica, proveniente de um convívio interlinguístico em que, juntamente com o latim, se ia cultivando uma relação com os vernáculos, particularmente com o espanhol, o provençal, o italiano e o francês, e sobretudo com a produção lexicográfica latina originada no espaço central da Europa.

A prosa não historiográfica produzida em língua portuguesa durante a Idade Média retomava e traduzia, geralmente a partir do latim, como já notámos, textos e fragmentos avulsos de sùmulas e enciclopédias que transmitiam o legado do saber europeu, elaborado desde a antiguidade. Esses textos pré-dicionarísticos continuaram a ser usados depois do século XV, juntamente com os dicionários humanistas, já impressos, provenientes de Espanha, Itália e França. No espólio acumulado das bibliotecas portuguesas e ainda no mercado do livro antigo, encontram-se exemplares, não raros, desses monumentos inaugurais da elaboração lexicográfica.

Para além de testemunhos manuscritos ainda conservados (um fragmento do *Catholicon* e os códices alcobacenses das *Derivationes* de Hugúcio e do *Elementarium* de Papias, este em três preciosos volumes), temos

3. Servem-nos de ilustração estes exemplos do *Livro da Montaria*: “E con este escolhimento representa a outra virtude a que dizem vontade e, se se acorda con aquillo que o entender boo acorda, entom lhe dizem bom entendimento porque se ajunta a esta palavra de duas virtudes, de entender e de vontade, a que dizem mente. Tomando estas duas palavras, ‘entender’ e ‘mente’, vem a fazer aquella concordia daquellas virtudes e chamam-lhe entendimento” (1.1). “E porque ha hi huma palavra en latin que comprehende a muytas partes, demais aos que as obran, que diz assi: *Omnis laus in fine canitur*, que quer dizer, todo louvor está en fin das cousas quando bem feitas son, ca, das cousas que bem feitas non son, non pode en ellas caber louvor” (1.23).

notícia da utilização de textos impressos, alguns dos quais se encontram ainda hoje entre o espólio remanescente nas bibliotecas portuguesas. Na livraria, assaz modesta, da Universidade de Lisboa, por altura da sua transferência para Coimbra, foi inventariado um “vaqabulairo de marmotreto”<sup>4</sup>.

Estão referenciadas também algumas edições incunabulares e renascentistas do *Catholicon* e de textos paralexiconográficos como o enigmático *Suda* ou *suidas lexicon graecum*, publicado por Demetrios Chalkondyles (Milão, 1499)<sup>5</sup>, a *Cornucopia* de Nicolaus Perottus, a versão latina do *Onomasticon* de Julius Pollux e vários outros (Verdelho 1995: 496-499).

Nos primeiros decénios da pedagogia e da cultura humanista em Portugal, foi sobretudo a obra lexicográfica de Nebrija, mais do que todas as anteriores, que teve curso em Portugal e que tutelou a escolarização e o uso literário do latim. Houve mesmo uma edição do seu conjunto dicionarístico (Nebrija 1545), impressa na Bélgica, expressamente destinada ao público português (composto pelos dicionários de latim-castelhano –em que foi integrado um dicionário de termos de medicina com a colaboração do português Luís Nunes–, castelhano-latim e um dicionário de nomes próprios). Foi ainda o dicionário de latim-espanhol deste autor que serviu de matriz para o primeiro dicionário latim-português publicado em 1569 por Jerónimo Cardoso. Os dicionários espanhóis devem ter acompanhado a formação de quase todos os humanistas portugueses e contribuíram para o convívio interlinguístico e interliterário peninsular. Foram certamente utilizadores de Nebrija os cerca de 1.800 portugueses que escreveram em castelhano até alguns anos depois de 1640.

Além dos manuais do humanista espanhol, a produção europeia foi correspondendo à procura lexicográfica portuguesa, mesmo depois do aparecimento dos primeiros dicionários portugueses, na segunda metade do século XVI. A importação alargou-se aos dicionários históricos e de especialidade, que preencheram o espaço português com bastante afluência e, poderemos acrescentar, com satisfatório proveito. Alguns foram mesmo impressos em Portugal, como o dicionário de nomes próprios publicado por Stochkammer<sup>6</sup>; e o dicionário de vozes eclesiásticas de Ximenes Arias (1490-1578?) (Ximenez Arias 1566)<sup>7</sup>.

4. Citado em Teixeira de Carvalho (1914: 484). Ver ainda Isaías da Rosa Pereira (1964-1966).

5. Ed. crítica de Ada Adler (1928-1938).

6. *Propriorum nominum...* Trata-se de um texto quase integralmente retomado directa ou indirectamente do *Dictionarium poeticum*, geralmente designado “Elucidário”, de Hermannus Torrentinus (1450-1520). Foi integrado no conjunto dicionarístico de Cardoso a partir de 1569 e repetido nas edições seguintes até ao final do século XVII.

7. Teve a primeira edição em 1566 em Salamanca e foi duas vezes impresso em Portugal (Braga, 1569 e Lisboa, 1588).

Foram bem conhecidas e muito manuseadas as recolhas lexicais ciceronianas de Mário Nizolio (1488-1567) e de Pedro Juan Núñez de Valencia (1522-1602), e vários outros dicionários literários, de epítetos e de citações, particularmente as obras de Ravísio Textor (1480-1524) (*Officina*, *Cornucopia* e *Epithetorum opus*). A obra de Textor, sobretudo a *Officina*, é reiteradamente citada em textos portugueses. Heitor Pinto na *Imagem da Vida Cristã* refere-se-lhe 14 vezes; Barros cita Ravísio no *Espelho de Casados* (1540); Jorge Ferreira de Vasconcelos recolheu, na obra de Textor, os nomes das suas personagens e numerosas outras informações históricas e mitológicas; e Camões, muito provavelmente, socorreu-se dos epítetos recolhidos por Textor, para o provimento de grande parte da alatinada adjectivação que ornamenta a sua obra, além de outros elementos poéticos, como a designação para o fabuloso e oportuno mito do Adamastor.

Os grandes dicionários latinos do século XVI e XVII, especialmente o *Thesaurus Linguae Latinae* de Robert Estienne (1503-1559), o *Calepino* de Ambrósio Calepino (1435-1511) e a *Amalthea* de Giuseppe Laurenzi (1573?-1647) tiveram recepção ampla e diuturnamente recorrida entre os humanistas e pedagogos portugueses.

O *Thesaurus Linguae Latinae* (Estienne 1531), nos seus três volumes “in folio”, foi conhecido e muito utilizado. A sua difusão pode ter sido condicionada pelo facto de Robert Estienne ser um autor “damnatus”, pela adesão ao calvinismo; em todo o caso, temos notícia certa de que o *Thesaurus* circulou com muito desimpedimento e foi citado pelos estudiosos em Portugal, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Conservam-se, nas bibliotecas portuguesas, vários exemplares, ainda que alguns se encontrem riscados e mutilados, pelo mau uso dos leitores ou pelas injúrias censórias. Amaro Reboredo deve ter recolhido no *Thesaurus* as séries de locuções, de listas coocorrentes e de grupos de significantes sinonímicos ou analógicos que alargam inesperadamente um bom número de artigos.

O dicionário de Ambrósio Calepino (1502) foi, entre toda a lexicografia europeia, a obra que mais se difundiu e utilizou em Portugal, e é ainda hoje o título dicionarístico importado que se encontra com mais abundância no fundo bibliográfico português, público e privado, e teve o privilégio de ser levado pelos Missionários portugueses até ao Japão em 1595 (Verdelho 1999-2000).

No século XVII, a *Amalthea onomastica* de Laurenzi (1640) motivou o modesto vocabulário escolar de Frei Tomás da Luz (1633-1713) a *Amalthea sive hortus onomasticus* (Luz 1673) (cfr. Telmo Verdelho 2006) e serviu de fonte copiosíssima (cerca de 7.300 citações) para a revisão da *Prosódia* de Bento Pereira, levada a cabo em 1697.

A abertura do espaço linguístico português para o acolhimento da lexicografia europeia vai alargar-se com a participação de lexicógrafos e editores estrangeiros como Rafael Bluteau (1638-1734) e de vários impressores franceses que, a partir da segunda metade do século XVIII e durante mais de um século, sediados em Portugal e em França, estimularam e sustentaram a publicação da maior parte dos dicionários portugueses e suscitaram a interacção dos modelos estrangeiros.

4. A dicionarização e alfabetação da língua portuguesa aconteceu relativamente tarde, tendo em conta a cronologia da emergência lexicográfica em outras línguas europeias. Em 1562, o italiano, o espanhol, o francês e o inglês (para citar apenas as grandes línguas mais próximas) tinham já, no seu conjunto, vários títulos, reproduzidos em muitas dezenas de edições, em que as nomenclaturas desses vernáculos preenchiam as entradas que recebiam a equivalência do latim.

A originalidade do português esteve em começar pelo *português-latim*, supondo um trabalho de agenciamento e inventariação do léxico sem poder contar com alfabetações anteriores e sem ter a possibilidade de recorrer a um dicionário de *latim-português*, como fonte ampla e privilegiada do fundo lexical. Outras línguas, como por exemplo o espanhol, puderam socorrer-se dos respectivos dicionários de *latim-vernáculo*, fazendo uma espécie de reversão do “corpus” lexical.

A alfabetação do léxico de uma língua constitui hoje uma técnica elementar de execução fácil, com os recursos da informática. Mas não foi assim no início da dicionarização das línguas. As primeiras tentativas confrontavam-se com o número, a variedade e a fluidez das palavras, e sentiram certamente muitas dificuldades para procederem à recolha sistemática e à identificação de um “corpus” o mais possível abrangente, que pudesse corresponder ao propósito de roteirar a língua, até aos limites de uma tendencial exaustividade. Por outro lado, as condições materiais da escrita, nos séculos XV e XVI, não facilitavam a ordenação alfabética dos elementos acumulados. Não havia ainda o recurso da ficha lexicográfica (o professor Quemada, nos seminários leccionados na École des Hautes Etudes, em Paris, atribuía a invenção a Diderot (1713-1784)) e a elaboração de um dicionário exigia uma repetida reescrita, com reintegração e reordenação alfabética de todas as entradas, em sucessivos manuscritos, com a forma de grandes cadernos.

Jerónimo Cardoso pode ter contado com a colaboração dos seus discípulos, que eram diligentes e numerosos (e possivelmente também com o apoio das filhas), para compor uma primeira alfabetação da língua portuguesa e dá-la à imprensa, oito anos antes da publicação do primeiro dicio-



nário de latim-português, que ele próprio também preparou, certamente com a ajuda dos mesmos colaboradores.

De modo diferente, a primeira alfabetação sistemática do espanhol foi publicada por Nebrija, alguns anos depois de ter composto e publicado o *Lexicon hoc est dictionarium ex sermone latino in hispaniense* (Nebrija 1492), e é muito provável que tenha aproveitado o “corpus” vernáculo desta obra para preencher as entradas do *Dictionarium ex hispaniense in latinum sermonem* (Nebrija 1495?). Também para o francês, segundo o estema genético proposto por Wooldridge (1977: 18), teríamos, nas origens da sua lexicografia, a seguinte linhagem de dicionários: *Latinae linguae thesaurus* (1531-36) → *Dictionarium latinogallicum* (1538) → *Dictionaire françois-latin* (1539).

A nomenclatura do *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem* (Cardoso 1562-1563), continuou, depois da sua primeira publicação, a ser objecto de pesquisa e de recolha, com o mesmo espírito de agenciamento em relação a um vocabulário difuso, e foi desse modo alargada com mais 728 novas entradas na 2ª edição em 1569-1570, perfazendo no seu todo 12.787 lemas. Muitas destas palavras não se encontram no conjunto dos restantes dicionários (de latim-português) de Jerónimo Cardoso, confirmando assim uma elaboração original e sem recurso a um processo de reversão sobre os dicionários de latim-português.

O vocabulário coligido por Cardoso tornou-se uma referência instituidora, uma espécie de matriz alfabética, retomada e continuada na tradição lexicográfica da língua portuguesa.

Foi essa nomenclatura que serviu de base para um primeiro encontro interlinguístico entre a Europa e a China, num *Dicionário Português-Chinês*, redigido pelos missionários jesuítas (com destaque para o Padre Matteo Ricci, S.J., 1552-1610) aproximadamente entre 1583 e 1588 e transmitido manuscrito até aos nossos dias.

5. Este dicionário de português-chinês faz parte de um conjunto bastante amplo de estudos e ensaios linguísticos, realizados no quadro dos descobrimentos e da expansão ultramarina portugueses, motivados sobretudo pelo desejo de comunicar a mensagem cristã.

Sob a urgência do impulso missionário foram elaborados “vocabulários, e artes de mão...” configurados pelos modelos dos manuais escolares humanistas e emparceirando frequentemente o latim, pela primeira vez, com as línguas exóticas.

Ao lado da motivação apostólica, surgiram também textos menores, de tipo paralexigráfico, suscitados pelas necessidades do império, pelo relacionamento pessoal e comercial e pelo interesse científico. O exem-

plo mais interessante será o pequeno glossário (138 termos) conservado em anexo do manuscrito do *Roteiro de Alvaro Velho* na primeira viagem de Vasco da Gama (1497)<sup>8</sup>. De muito interesse histórico e científico são as recolhas de designações botânicas e de drogas farmacêuticas, como as que se encontram na *Suma Oriental* de Tomé Pires (1465?-1540?) (Cortesão 1978) e na obra de Garcia da Orta (1501-1568), *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, impresso em Goa em 1563 e difundido em versões latinas por toda a Europa (Orta 1563).

No que respeita ao Brasil, embora com menos proximidade em relação aos modelos lexicográficos, conhecem-se hoje vários títulos que dão testemunho do confronto com as palavras das línguas indígenas. Bluteau transcreve, em muitas centenas de citações, nomes “brasílicos” recolhidos especialmente nas obras do jesuíta Simão de Vasconcelos (1597-1671) e de Francisco de Britto Freire (1623-1692).

Os vocabulários coligidos no âmbito da aculturação missionária, destinados a superar o “detrimento da língua” no apoio à actividade escolar e catequética, são obras de um raro interesse lexicográfico, linguístico e etnocultural. Dão testemunho de uma aguda sensibilidade perante a expressão vária da comunicação verbal, e mobilizam uma formação metalinguística iluminada pela tradição teórica gramatical e filológica greco-latina. Ilucidativo a este propósito é o texto de João de Lucena, quando relata a iniciativa de São Francisco Xavier que estimula e orienta os confrades para o estudo da língua malabar:

Desejando habilitar ainda nesta parte os instrumentos da diuina palaura, quanto fosse possível, ordenou ao padre Francisco Anriquez, a que sentio mais aplicaçam, & talento reduzisse a arte, a língoa Malabar, como anda a latina, com suas declinações de nomes, & pronomes, conjugações de verbos, generos, preteritos, & todas as mais regras de grammatica [...]. O padre Francisco Anriquez aprendeo em menos de seis meses a fallar, & a ler, & escreuer as proprias letras & caracteres da terra, & em breue tempo sahio com a arte, & vocabulario da língoa com espanto dos naturais (Lucena 1600: 367)<sup>9</sup>.

A necessidade de vocabulários no apoio à missionação vem igualmente documentada no “Prologo” do *Vocabulario da língoa de Iapam*; nele se declara que “ja ha annos auia alguns Vocabularios, & Artes de mão” (Rodrigues Tçuzu et al. 1603-1604).

Na sua maior parte, esses vocabulários eram transmitidos de forma manuscrita porque não havia meios, nem teriam qualidade suficiente-

8. Foi objecto de várias edições; cfr. Marques (1999). Ver ainda Messner (1998) e Losada Soler (2006).

9. Barbosa Machado (1741-1758: II, 449-450) atribui a autoria da arte de gramática da língua malabar e deste vocabulário ao P. Henrique Henriques (c. 1520-1600), que partiu para a Índia em 1546 e teria pronto o *Vocabulário* em 1550.

mente revista para acederem à publicação impressa. Temos notícia de que um dos autores de “Vocabulários” da língua japonesa (os Jesuítas chegaram ao Japão em 1549) foi o P. Duarte da Silva, que ali faleceu em 1564.

A intercomunicação com as línguas não europeias tem suscitado ultimamente algum interesse entre os estudiosos da cultura e da historiografia linguística, mas não temos ainda informação suficiente para fundamentar um levantamento sistemático do encontro do português com o universo das línguas exóticas descobertas.

Pode fazer-se uma ideia aproximada dessa produção retomando as informações coligidas por David Lopes (1867-1942), (com as anotações de Luís de Matos (1911-1995) na 2ª edição) (Lopes 1936) e por Maria Leonor Buescu (1983). Merecem oportuna lembrança os nomes duma boa dúzia de lexicógrafos, entre os “Autores que escreverão em linguas Ultramarinas”, citados na *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado (1741-1758):

- Álvaro Semedo (1585-1658), *lingua chinense* (I, 114)
- António Barbosa (1ª metade do séc. XVII), *anamitica* (I, 215)
- Boaventura de Santo António († 1697), *brasilica* (IV, 80)
- Diogo Ribeiro († 1633), *canarina* (I, 691)
- Duarte da Silva († 1564), *japonica* (I, 745)
- Francisco de Pina (1588-1625), *anamitica* (II, 221)
- Gaspar do Amaral († 1645), *anamitica* (II, 332)
- Gaspar Ferreira (1574-1649), *chinense* (II, 351)
- Henrique Henriques (1520-1600), *malabarica* (II, 450)
- Manuel Dias (1574-1659), *chinense* (III, 246-247) (?)
- Manuel Ferreira (1630-c. 1699), *anamitica* (III, 265)
- Miguel de Almeida (c. 1604-1683), *canarina* (III, 462).

Também se encontram alguns nomes na obra do Pe. Francisco Rodrigues (1917):

- Antão de Proença († 1666), *tamúlico-português* (publ. 1679) (346)
- António Saldanha (1598-1663), *concaní* (353)
- Gaspar Luís (1ª metade do séc. XVII), *anamita* (360)
- João Fernandes († 1567), *japonês* (371)
- João Rodrigues († 1633), *japonês* (370)
- Manuel Barreto († 1620), *japonês* (374)
- Manuel Viegas († 1608), *língua dos maramomis* (381)
- Miguel de Almeida († 1681), *concaní* (354).

Esta lexicografia das origens teve uma renovada emergência, a partir do final do século XIX, especialmente em relação a algumas línguas africanas. Trata-se todavia de uma produção de modestas proporções que mal se pode comparar com as dimensões, a importância e a originalidade do património antigo. Entre os textos mais remotos que chegaram até nós, salientam-se, com justo relevo, os já citados *Dicionário Português-Chinês* e o *Vocabulário da lingua de Iapam* (Rodrigues Tçuzu et al. 1603-1604), e além destes, o *Dictionarivm latino lvsitanicvm, ac iaponicvm ex Ambrosii Calepini* (1595), o *Vocabulário da lingua canarina* (Diogo Ribeiro? 1626), o *Diccionario Portuguez e Brasiliano e Brasiliano-Portuguez* (1795/1934)<sup>10</sup>, os dicionários da *Lingua Bunda ou Angolense* e da *Lingua Congueza* do missionário capuchinho italiano Bernardo Maria de Cannecatim (1804 e 1805).

A interlexicografia portuguesa com línguas orientais teve ainda uma interessante realização na obra do oratoriano Jácome Gonçalves (1676-1742), natural de Divar (Goa). Segundo o testemunho de Barbosa Machado (1966: II, 472-474), o padre oratoriano compilou um conjunto de dicionários: *Vocabulário cingalês-lusitano* (1730), *Vocabulário lusitano-cingalês*, *Vocabulário lusitano, tamul e cingalês*. Deste último conhecem-se cópias manuscritas feitas pelo oratoriano Eusébio do Rosário em 1772 (cfr. Edmund Peiris 1943).

A herança interlexicográfica do português com as línguas não europeias é um testemunho primordial na história da dicionarística moderna que distingue a língua portuguesa, no panorama da lexicografia interlinguística. Trata-se de uma importante comunicação transeuropeia que levou ao novo mundo da América, à África e ao Oriente remoto, o alfabeto latino e uma ciência metalinguística acumulada e exercitada desde a antiguidade clássica. Para a história da língua portuguesa constitui uma preciosa fonte de informação porque documenta o confronto do vocabulário português com outros sistemas linguísticos que dão o nome a civilizações distantes, que organizam o mosaico semântico do mundo de modo muito diferente do universo lexical europeu.

6. Os dicionários elaborados nas terras de missão são o resultado de uma competência lexicográfica adquirida e parcialmente exercitada na tradição europeia e na experiência escolar. A lexicografia transeuropeia com participação portuguesa foi, na sua maior parte, promovida pelos padres da Companhia de Jesus, que ocuparam também um lugar muito destacado na história da lexicografia vernácula portuguesa, especial-

10. Átila Almeida (1988: 285) atribui este dicionário a José Mariano da Conceição Veloso A.A.

mente no âmbito da lexicografia escolar, publicada até à sua compulsiva extradição em 1759.

Deixaram-nos uma produção vultosa e amplamente difundida, dedicada ao latim e ao português, orientada para o apoio aos mestres e para a habilitação literária dos discípulos portugueses, que estudavam o latim e a arte oratória nos colégios da Companhia e em outras instituições de ensino.

O nome que mais avulta entre os autores desta lexicografia latino portuguesa é o de Bento Pereira (1605-1681) que foi um operoso pedagogo, filólogo e dicionarista, mas mais autores podem ser referenciados: Fernando Pires (c. 1530-1597), António Velez (1545-1609), Manuel de Gouveia, Manuel Barreto (1561-1620), Matias de S. Germano, António Franco (1662-1732), Manuel de Azevedo (1713-1796), José Caeiro, e outros mais que ficaram no anonimato de um trabalho de colaboração. A feitura de vocabulários era uma actividade propícia ao trabalho participado, e os Jesuítas tinham um enquadramento pedagógico favorável, valorizavam o contributo dos alunos, criavam espaços funcionais, suscitavam a intercomunicação, validavam os manuais na exercitação escolar e podiam garantir o seu sucesso editorial.

A simples observação dos títulos produzidos e publicados entre 1599 e 1754 deixa transparecer a abrangência e a importância desta lexicografia que se conserva ainda hoje como um património de referência para a história da língua e da cultura portuguesas.

Principais títulos da lexicografia latino-portuguesa elaborada pelos Jesuítas:

1. António Velez (1599?): *Index totius artis (Emmanuelis Aluari e Societate Iesu De institutione grammatica libri tres)*. Évora.
2. Manuel Barreto (1607): *Vocabulario Lusitanico Latino composto na Provincia de Japão*. 3 vols. manuscritos (Academia das Ciências de Lisboa).
- 3.1. Bento Pereira (1634): *Prosodia in Vocabularium Trilingue, Latinum, Lusitanicum, & Hispanicum digesta, in qua dictionum significatio, et syllabarum quantitas expenditur*. Évora [reeds. em Lisboa, 1653; Lisboa, 1661; Lisboa, 1669; Lisboa, 1674; Lisboa, 1683 (cfr. infra Pereira 1697)].
- 4.1. Bento Pereira (1647): *Thesouro da Lingoa Portuguesa*. Lisboa. Publicado sempre juntamente com a *Prosodia* a partir de 1661.
- 5.1. Bento Pereira (1655): *Florilegio dos modos de fallar, e adagios da lingoa portuguesa: dividido em duas partes, em a primeira das quaes se poem pella ordem do Alphabeto as Frases Portuguesas, a*

*que correspondem as mais puras, & elegantes Latinas: na segunda se poem os principaes adagios Portugueses, com seu Latim proverbial correspondente. Pera se ajuntar a Prosodia, & Thesouro Portugues, como appendiz, ou complemento.* Lisboa. Publicado sempre juntamente com a *Prosodia* e o *Thesouro* a partir de 1661.

- 3.2. *Prosodia in vocabularium bilingue, Latinum, et Lusitanum digesta...*
- 4.2. *Thesouro da lingua portugueza.*
- 5.2. *Primeira parte das frases portuguezas, a que correspondem as mais puras, & elegantes latinas como tiradas de Marco Tullio, & outros authores de primeira classe.*
- 5.3. *Segunda parte dos principaes adagios portuguezes, com seu latim proverbial corespondente.*
- 5.4. Bento Pereira (1697): *Tertia pars selectissimarum descriptionum, quas idem auctor vel olim á se compositas, vel à probatissimis scriptoribus emendicatas alphabetico ordine digessit. Ubi quae sine ullo auctore proponuntur, auctor ipse Florilegii composuit, reliquas collegit.* Évora [reed. em Évora, 1710; Évora, 1723; Évora, 1732; Évora, 1741; Évora, 1750].
6. António Franco (1716): *Indiculo universal: contém distinctos em suas classes os nomes de quasi todas as couzas que ha no mundo.* Évora [reed. em 1754, 1804].
7. Francisco Pomey / Manuel de Azevedo (1736): *Pomarium latinitatis elegantiori consitum cultu, longeque paritiori descriptum manu in quo locutiones synonymae bene multae...editio postrema ac nova lusitano ordine translata.* Coimbra.

Neste elenco bibliográfico, o *Index totius artis*, o *Indiculo universal* e o *Pomarium latinitatis* são textos especificamente escolares. O primeiro teve um percurso regular e assíduo no espaço escolar português, porque foi sempre publicado como anexo da gramática latina de Manuel Álvares. Na última edição (Évora, 1755), compunha-se de 300 páginas 8º, e oferecia cerca de 3.600 entradas latinas, às quais correspondia um “corpus” lexical português bastante mais amplo.

O *Indiculo Universal* servia como vocabulário enciclopédico, organizado pelo universo de saber escolarizado naquele tempo. Prolongava a tradição do *Onomasticon* de Julius Pollux, que valorizava a memorização do vocabulário como instrumento do conhecimento erudito. Foi composto sem qualquer preocupação com a ordem alfabética. A versão portuguesa, bastante diferenciada do original francês, foi coordenada pelo P. António Franco com uma apreciada e motivada colaboração dos alunos.

O *Pomarium Latinitatis* deve ter surgido quase exclusivamente como uma exercitação escolar orientada para a escrita latina e particularmente para a elaboração literária. Foi um título com escassa recepção.

Os textos mais importantes encontram-se no conjunto dicionarístico composto pela *Prosódia*, pelo *Tesouro da lingua portuguesa* e pelo *Florilégio*, geralmente referenciado unicamente pelo título *Prosódia*. Este conjunto configurava um grande volume “in-folio”, com cerca de 1.400 páginas, impressas em tipo miúdo, e deveria ser entre os livros indispensáveis e de uso frequente aquele que mais avultava nas estantes das escolas. Foi reeditado mais de uma dezena de vezes, preencheu, aproximadamente durante uma sesquicentúria, o espaço editorial, e serviu aos mestres, aos estudantes e aos estudiosos e letrados como principal apoio e instrumento de referência para a intercomunicação latina e para a leitura e a escrita em latim e em português.

A *Prosódia* (entenda-se todo o manual) ocupou de maneira predominante um período instituidor da história da lexicografia, tornou-se um título quotidiano, quase popular, no panorama escolar e cultural dos séculos XVII e XVIII, e influenciou, como nenhum outro dicionário, o percurso diacrónico da língua portuguesa.

Os manuais escolares dos Jesuítas incluindo os dicionários, foram severamente proibidos e mandados queimar pelo Marquês de Pombal (Verdelho 1982). Todavia, a influência e a repercussão desta lexicografia não se extinguiu com a proibição e com a expulsão dos Jesuítas. A obra de Bento Pereira, especialmente o *Tesouro*, no que respeita à nomenclatura portuguesa, foi quase integralmente retomado por Bluteau e, por esta via, entrou na tradição lexicográfica subsequente. Por sua vez, a *Prosódia*, com a revisão e as correcções que lhe foram acrescentadas ainda pelos Jesuítas, foi continuada no *Magnum Lexicon* (que teve publicação autorizada apenas depois de terminado o consulado pombalino) pelo franciscano Manuel de Pina Cabral (1746-c. 1810) (Cabral 1780).

A nomenclatura do *Tesouro* foi integralmente retomada num dicionário de português-inglês publicado em Londres em 1701 (A. J. 1701), e num dicionário de português-flamengo, publicado em Amsterdam em 1714 (Alewyn / Collé 1714).

7. A lexicografia escolar dos Jesuítas era sobretudo latino-portuguesa. Repercutiu-se certamente com muita influência na história da língua, mas o seu objectivo principal não era a dicionarização do português. Neste âmbito, o *Tesouro* de Bento Pereira coligiu e inventariou um vocabulário muito amplo e, nos textos introdutórios da primeira edição (elididos

nas seguintes), acrescenta mesmo um primeiro elenco de autores portugueses procurados e valorizados como fontes de referência para o registo e testemunho do bom uso das palavras do vernáculo, mas as entradas desse dicionário de português-latim, para além das equivalências latinas, não têm enquadramento de glosas, com definição ou contextualização e explicação semântica em português.

O primeiro tratamento lexicográfico da língua portuguesa foi elaborado por Rafael Bluteau, no *Vocabulario Portuguez e Latino*, publicado em oito volumes “in folio”, com mais dois outros de suplemento, entre 1712 e 1728 (Bluteau 1712-1728). Trata-se de uma realização monumental, não tanto pela sua dimensão, pela feitura tipográfica, pela encadernação e pelo cuidado tratamento bibliofílico (que são, em todo o caso, notáveis), mas sobretudo pela abundância dicionarística, pela memória da língua acumulada, pela erudição enciclopédica (englobando os saberes modernos e a sabedoria antiga) e, finalmente, também pelos seus méritos literários.

Rafael Bluteau foi um padre teatino cosmopolita e poliglota, que nasceu de uma família francesa, em Londres, onde aprendeu o inglês e o francês; estudou depois em Itália (doutorou-se em Roma), e aos 30 anos, ao serviço da religião, veio para Lisboa, onde se familiarizou rapidamente com o português, começando desde logo a usá-lo na oratória e na escrita. Interessou-se pelo estudo do vernáculo e preocupou-se com a normalização lexical e ortográfica. Confrontando-se com a modéstia dos recursos dicionarísticos empreendeu, com grande generosidade e com sentido de serviço a elaboração desse “magnum opus” que tão faustosamente haveria de avultar na história da lexicografia portuguesa.

Os paratextos introdutórios e posfaciais, a informação bibliográfica e o conjunto de vocabulários especiais coligidos no suplemento fazem da obra de Bluteau uma importante referência da reflexão lexicográfica e metalinguística na história da língua portuguesa<sup>11</sup>.

Em anexo ao tomo VIII do *Vocabulario* encontra-se um *Diccionario castelhana y portuguez* de 189 páginas, “magno in quarto”, com cerca de 22.000 entradas, registando a equivalência portuguesa apenas quando não há coincidência ou semelhança lexical entre as duas línguas (cerca de 11.000 formas contrastantes). Este dicionário é precedido por um vocabulário básico de português-castelhano com cerca de 1.200 entradas (Salas Quesada 2003).

11. Nas *Prosas portuguesas* Bluteau retomou a reflexão sobre a norma linguística – “Decisoens Academicas de Palavras Portuguezas” (Bluteau 1714-1728: I, 1)– e sobre a ortografia, especialmente na “Prosa grammatonica” (Bluteau 1714-1728: II, 186).



O *Vocabulário* foi modelado pelo ideal de dicionário autorizado e locupletíssimo, procurou coligir toda a memória lexical disponível, incluindo as variedades regionais, diacrónicas e as terminologias do universo técnico e erudito, com seleccionada exclusão no que respeita aos nomes próprios da geografia e da história. Acumulou um “corpus lexical” considerável para a época, muito superior aos registos até então efectuados e, sobretudo textualizou, pela primeira vez, de modo sistemático, em cerca de 36.000 entradas, a interpretação e as definições das palavras portuguesas, tornando-se uma fonte imprescindível para toda a lexicografia subsequente. Os artigos lexicográficos de Bluteau desprendem-se do constrangimento dicionarístico e aproximam-se da exercitação literária, oferecendo-se, ainda hoje, como um exemplo de leitura aprazível do património clássico.

José Caetano (1690-post 1757) elaborou um *Complemento do Vocabulario portuguez* de Bluteau, aproveitando ainda alguns apontamentos deixados pelo autor, que começou a ser impresso justamente antes do terramoto de Lisboa de 1755. A destruição e o incêndio que se seguiram provocaram o seu total desaparecimento. Sorte diferente, menos aniquiladora, sofreu a compilação efectuada pelo P. Carlos Folqman (1704-?). O seu *Diccionario Portuguez e Latino, no qual as dicções e phrases da lingua portugueza [...] se acham clara e distinctamente vertidas na latina, e authorisadas com exemplos dos auctores classicos. [...] Compilado do Vocabulario do Reverendo Padre D. Rafael Bluteau* (Folqman 1755), publicado imediatamente antes do terramoto, foi igualmente destruído pelo fogo, mas resgataram-se alguns exemplares que nos servem para confronto e que nos permitem apreciar a recepção e o percurso de evolução e de actualidade do *Vocabulário*<sup>12</sup>.

A mais importante sequência do *Vocabulário* de Bluteau foi empreendida por António de Morais Silva, acima citado, que o transformou no primeiro dicionário moderno e funcional da língua portuguesa. A partir de 1789, todos os dicionários monolíngues do português participaram no processo de herança e de actualização desse monumento instituidor da lexicografia portuguesa. Recentemente foi retomado no projecto do “Corpus Lexicográfico do Português”, da Universidade de Aveiro, e foi objecto de uma tese de doutoramento (Silvestre 2004).

O texto integral do *Vocabulário* encontra-se já disponível em memória digital, transcrito em modo texto, e está em preparação uma edição

12. *O dicionário de Folqman e as origens da lexicografia monolíngue do português: edição e estudo* é o título do projecto de doutoramento de Paula Cristina Barbosa Araújo (bolsista da FCT, na Universidade de Aveiro).

com registo e manutenção da informação original, e com revisão e uma prótese de remissões que permitem a redicionarização ortográfica da nomenclatura e a integração do suplemento.

8. A segunda metade do século XVIII foi um período áureo da lexicografia portuguesa. Nele se deu início a uma dicionarística moderna, bilingue e monolíngue, inovadora, original e às vezes também com alguma “excêntrica erudição”, próxima do jocoso e do recreativo (Ramalho Ortigão 1945: II, 251 ss.). Entre 1750, data da última edição da *Prosodia* de Bento Pereira, e 1806, ano em que foi publicado o primeiro dicionário prático monolíngue do português, foram feitas, contando com as reimpressões de vários títulos, cerca de uma centena de publicações de tipo dicionarístico; entre elas salientam-se algumas das mais úteis e perduráveis elaborações lexicográficas portuguesas.

A cronologia desses títulos é bem esclarecedora:

- 1750      Bento Pereira (1605-1681) / Matias de S. Germano (1667-1699): *Prosodia in vocabularium bilingue, Latinum, et Lusitanum digesta*. Eborae: ex Typographia Academiae.
- 1754      [Francisco Pomey / Antonio Franco (1662-1732)]: *Indiculo universal: contém distinctos em suas classes os nomes de quasi todas as cousas que ha no mundo*. Evora: Off. da Universidade.
- António Pereira de Figueiredo (1725-1797): *Coleção de palavras familiares assim portuguesas como latinas*. Lisboa: Miguel Rodrigues [várias reeds.].
- 1755      Carlos Folqman: *Dicionario Portuguez, e Latino [...], Compilado do Vocabulario do Reverendo Padre D. Rafael Bluteau*. Lisboa: Miguel Manescal da Costa.
- 1758-64   José Marques: *Nouveau dictionnaire des langues françoise et portugaise: Novo dictionario das linguas portugueza e franceza*. 2 vols. Lisboa: Imp. de José da Costa Coimbra / Of. Patr. de Francisco Luiz Ameno.
- 1760      António Pereira de Figueiredo (1725-1797): *Breve dictionario da latinidade pura e impura, com a significação portugueza*. Lisboa: Of. Patr. de Francisco Luiz Ameno.
- 1762      Carlos Folqman: *Nomenclatura portugueza, e latina [...] com hum pequeno vocabulario de verbos portuguezes*. Lisboa: Miguel Rodrigues.
- Pedro José da Fonseca (1737-1816): *Parvum lexicon latinum Lusitana interpretatione adjuncta*. Lisboa: Miguel Manescal da Costa [várias reeds.].
- 1764      José Marques: *Novo Dictionario das linguas portugueza, e franceza*. Lisboa: Of. Patr. de Francisco Luiz Ameno.

- Bartolomeu Alvares da Silva: *Collecção de palavras familiares portuguezas, francezas, latinas e britannicas*. Coimbra: Na Real Officina da Universidade.
- 1765 José Monteiro de Carvalho: *Diccionario Portuguez das plantas, arbustos, matas, arvores, animaes quadrupedes, e reptis, aves, peixes, mariscos, insectos, gomas, metaes, pedras, terras, mineraes &c.* Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa.
- Francisco José Freire (Cândido Lusitano) (1719-1773): *Diccionario poetico*. Lisboa: Na Of. Patr. de Francisco Luiz Ameno [reeds. em 1794, 1820].
- 1766 *Diccionario abbreviado da Biblia traduzido do francez*. Lisboa: Antonio Rodrigues Galhardo, 17942.
- 1767 Fr. Luis do Monte Carmelo (1715-1785): *Compêndio de orthografia, com sufficientes catalogos*. Lisboa: Antonio Rodrigues Galhardo.
- 1771 Pedro José da Fonseca (1737?-1816): *Diccionario portuguez, e latino*. Lisboa: Regia Officina Typografica [várias reeds.].
- 1773 Antonio Vieira Transtagano: *A Dictionary of the Portuguese and English Languages, in two parts*. Londres: J. Nourse [várias reeds.].
- 1773-74 Joaquim José da Costa e Sá (1740-1803): *Diccionario italiano e portuguez*. 2 vols. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica.
- 1775-76? José Marques: *Nouveau Dictionnaire des langues françoise et portugaise*. Lisboa: Imp. Royale [3ª ed.].
- 1778 Miguel Tibério Pedegache Brandão Ivo (1730?-1794): *Novo Diccionario francez e portuguez*. Lisboa [4ª. ed. Falta notícia das eds. anteriores; teve depois várias reeds.].
- 1779 Vicente de Bastos Teixeira: *Dictionnaire moderne françois expliqué en portugais Tome premier*. Lisbonne: Imp. Louisiane [1 vol. até à letra C].
- Pierre Chompré / Pedro José da Fonseca (1737-1816) (trad.): *Diccionario abbreviado da fabula*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica [várias reeds.].
- 1780 Manuel de Pina Cabral: *Magnum lexicon latinum et lusitanum*. Olysiopone: Typii Regiae Officinae [várias reeds.].
- António José Teixeira (? (trad.): *Noticia da mythologia*. Lisboa: Na Typ. Rollandiana [reed. em 1803].
- 1781 [Francisco Luís Ameno (1713-1793)]: *Diccionario exegetico*. Lisboa: Of. Patr. de Francisco de Luiz Ameno.
- João de Moraes Madureyra Feyjó (1688-1741): *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica [3ª impr.].

- 1783 Bernardo de Lima e Melo Bacelar: *Dicionario da lingua portugueza...* Lisboa: Of. de Jozé de Aquino Bulhoens.
- 1784 Bernardo de Lima e Melo Bacelar: *Arte, e dictionario do commercio, e economia portugueza.* Lisboa: Of. de Domingos Gonsalves.
- Miguel do Couto Guerreiro (c. 1720-1793): *Tratado da versificação portugueza [...]. Dictionario de Consoantes.* Lisboa: Na Of. Patr. de Francisco Luiz Ameno.
- Luís Álvares Pinto: *Dicionario pueril para uso dos meninos.* Lisboa: Of. Patr. de Francisco Luiz Ameno.
- 1784-86 Manuel de Sousa / Joaquim José da Costa e Sá (1740-1803): *Nouveau dictionnaire François-Portugais.* 2 vols. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira.
- 1785 Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmiento (?): *Thesouro biblico ou dictionario historico, e etymologico dos nomes proprios.* Lisboa: Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira.
- 1788 Pedro de Mariz de Sousa Sarmiento: *Elementos de construcção e dictionario francez e portuguez de todas as pessas de... navios...* Lisboa: Of. Patr. de Francisco Luiz Ameno.
- Domingos Vandelli: *Diccionario dos termos technicos de Historia Natural extrahidos das obras de Linnéo.* Coimbra: Real Officina da Universidade.
- 1789 Pedro de Mariz de Sousa Sarmiento: *Preceitos de construcção de navios e da sua mastrição e nomenclatura portugueza dos termos technicos da mastrição e dictionario delles em francez e portuguez.* Lisboa: Of. de António Rodrigues Galhardo.
- António de Morais Silva (1755-1824): *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau; reformado e acrescentado por...* Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira [reeds. em 1813, 1823, 1831, 1844, 1858, 1877-78, 1889, 1891, 1922, 1949-1959].
- João de Sousa (1730?-1812): *Vestigios da lingua arabica em Portugal, ou lexicon etymologico das palavras, e nomes portuguezes, que tem origem arabica.* Lisboa: Academia Real das Sciencias [reeds. em 1830, 1981].
- 1790 Manuel Rodrigues Maia: *Diccionario das ehykses, que mais frequentemente se encontram nos auctores clássicos: interpretadas.* Lisboa: Of. de António Gomes.
- 1793 [Academia das Ciências]: *Diccionario da lingoa portugueza* publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Officina da mesma Academia.
- Diccionario universal das moedas: assim metallicas, como ficticias, imaginarias, ou de conta, e das de fructos, conchas, &c. que se conhecem na Europa, Asia, Africa, e América. A que se ajunta huma noticia das Moedas dos Judeos, Gregos, e Romanos; e dois Mappas dos pêços das principaes Cidades de Commercio; das Medidas d'extensão reduzidas a palmos, conados, e varas; e das de capacidade, assim para secos como para molhados.* Recopilado por\*\*\*. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira.

- 1794 Joaquim José da Costa e Sá (1740-1803): *Diccionario portuguez-francez-e-latino*. 2 vols. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Antonio Vieira Transtagano: *A Dictionary of the Portuguese and English. Diccionario abbreviado da Bíblia traduzido do francez...* Lisboa: Typ. Rollandiana [2ª ed.].
- Joaquim do Rosário: *Compendio do Diccionario dos Casos de Consciencia de Pontas*. 8 vols. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira.
- 1795 *Diccionario portuguez e brasiliano*. Lisboa: Oficina Patriarcal.
- 1798-99 Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744-1822): *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usarão e que hoje regularmente se ignoram....* 2 vols. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira [reeds. em 1865, 1966].
- 1804 Fr. João de Deus (1732-179?): *Diccionario historico, juridico, e theologico*. Porto: Typ. de Antonio Alvarez Ribeiro.
- Fr. Bernardo Maria da Cannecattim: *Diccionario da lingua bunda ou angolense, explicada na portugueza, e latina composto por...* Lisboa: Imprensa Regia.
- 1804-06 Francisco Soares Franco (1772-1844): *Diccionario de agricultura*. 5 vols. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
- 1805 Fr. Bernardo Maria da Cannecattim: *Collecção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda ou angolense, a que se ajunta diccionario abreviado da lingua conguesa*. Lisboa: Imp. Regia.
- 1806 *Novo diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typ. Rollandiana.

Nesta sequência de títulos avultam cinco aspectos essenciais que haveriam de caracterizar de maneira estruturante a história dos dicionários portugueses ao longo dos últimos dois séculos:

- (a) a renovação da lexicografia latino-portuguesa (Folqman 1755, Figueiredo 1754 e 1760, Fonseca 1762 e 1771, Pina Cabral 1780);
- (b) a emergência da interlexicografia do português com as línguas europeias (francês: Marques 1758 e 1764, Silva 1764, Ivo 1778<sup>4</sup>, Sousa / Sá 1784-86, Teixeira 1779, Sá 1794; italiano: Sá 1773-74; inglês: Vieira Transtagano 1773);
- (c) o despontar de dicionários especializados em domínios científicos e técnicos, sobre a economia, o comércio, as ciências naturais, a agricultura, as ciências jurídicas e a teologia (Carvalho 1765, Bacelar 1784, Francisco Sarmiento 1785, Pedro Sarmiento

- 1788-89, Vandelli 1788, *Diccionario universal das moedas* 1793, João de Deus 1804);
- (d) a criação da lexicografia monolíngue do português com dicionários gerais e práticos (Bacelar 1783, Morais Silva 1789, Academia das Ciências 1793, *Novo diccionario* 1806);
- (e) o aparecimento de uma lexicografia de especialização metalinguística, com relevo para a ortografia (Feijó 1781<sup>3</sup>, Carmelo 1767), a história da língua (Frei João de Sousa 1789, Viterbo 1798-99) e a escrita literária (Cândido Lusitano 1765, Francisco Luís Ameno 1781, Couto Guerreiro 1784).

A elaboração dicionarística pluralizou-se e desenvolveu domínios de produção relativamente autónomos, de acordo com estes vectores de referência. Para a lexicografia portuguesa poderemos considerar muito relevante e instituidora a experiência deste período, no que respeita particularmente à tradição interlinguística e ao património lexicográfico monolíngue.

O convívio com as línguas europeias vai intensificar-se e marcar uma nova sociedade escolarizada e cada vez mais interdependente do espaço cultural e económico europeu, com predomínio do relacionamento com a França e o Reino Unido. Esta relação interlinguística sustentou e promoveu os dicionários bilingues, suscitando uma produção cada vez mais abundante e, nem sempre, mais qualificada. Não deixou também de ter alguma repercussão nos dicionários monolíngues, em todo o caso, a lexicografia da língua portuguesa, mesmo quando, composta em França e sob a influência dos modelos estrangeiros, nunca se desprende da ligação matricial ao século XVIII.

No âmbito da lexicografia de apoio à escrita literária e à informação diacrónica, o dicionário de rimas (então com o nome mais tradicional de “consoantes”) de Couto Guerreiro (1784), o *Diccionario poético* de Francisco José Freire (de nome arcádico Cândido Lusitano) (1765), o vocabulário com a informação etimológica de origem árabe, recolhido e estudado por Frei João de Sousa (1789), e o *Elucidário* dito de Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1798-1799) (em grande parte coligido por Fr. Bernardo da Encarnação), subsistiram e mantêm-se em grande medida insuperados, mesmo quando escassamente reeditados.

Mais importante ainda, na história da lexicografia monolíngue portuguesa, foi o legado de António de Morais Silva (1789) e a adequação ao uso prático e funcional que teve início com o *Novo dicionário* (1806). Estas duas obras definitivamente modernas abriram caminho para os dois modelos básicos de dicionários da língua vernácula que preencheram o

percurso subsequente da lexicografia portuguesa. O dicionário de Morais foi reeditado de década em década até ao século XX e retomado e transfigurado (1949-1959) como grande dicionário autorizado. O *Novo Dicionário* inspirou e serviu de exemplo para uma preenchida linhagem de dicionários práticos, que se prolongou até à actualidade, de uso fácil e acessível, na escola e no espaço familiar.

A tentativa infundada (e que se revelaria até hoje infundável) do dicionário da Academia Real das Ciências (Academia das Ciências 1793)<sup>13</sup> não foi certamente uma experiência perdida. O contributo propriamente lexicográfico foi modesto, ficou-se pela letra A, não conseguiu estabelecer um modelo de dicionário autorizado com viabilidade de realização prática, no quadro da instituição académica, e foi escassamente gerador de exemplaridade metalexigráfica. O verbo “azurrar”, lugar de chegada e limite final no seu percurso inacabado, suscitou humoradas alusões entre os escritores e intelectuais do século XIX. Em todo o caso, o trabalho do diligente dicionarista Pedro José da Fonseca, já citado, e dos dois académicos que o coadjuvaram, Bartolomeu Inácio Jorge e Agostinho José da Costa de Macedo, deixou uma referência fundamental na história da lexicografia. Os textos introdutórios (a “Planta para se formar o Dicionario”, as “Memorias e Louvores da Lingoa Portuguesa”, o “Catalogo dos Autores”) e o grande volume “in folio” constituem um documento culturalmente muito estimável e uma fonte de informação lexicográfica auferível, que aguarda ainda uma leitura e um estudo que facilitem a sua entrada na memória activa da língua<sup>14</sup>.

Herança louvável foi a valorização do património escrito, como referência do vernáculo. O dicionário da Academia foi uma instância privilegiada para a reflexão sobre o cânone autoral do português. Além da lista de autores que integra o volume, suscitou uma segunda e mais ampla indexação dos autores, num “Catalogo dos livros que se haõ de ler para a continuação do Dicionario da Lingua Portuguesa, mandado publicar pela Academia Real das Sciencias de Lisboa”, em 1799.

Entre alguns factos sempre lembrados na história deste período, destaca-se, de modo promontoriante, como um dos episódios “jocosos” da lexicografia portuguesa, a publicação da obra de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1783), *Dicionário da língua portuguesa*. O título ocupa lugar inaugural, visto que nunca antes se tinha utilizado como epígrafe esta precisa designação. Trata-se, na realidade, da primeira publicação em absoluto

13. *O Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, publicado em 2001 com a chancela da Academia (Academia das Ciências 2001), não corresponde ao projecto anunciado e ensaiado em 1793.

14. O dicionário da Academia (1793) foi objecto de uma reprodução facsimilada, em 1993, assinalando o segundo centenário da sua publicação.

de um dicionário geral monolíngue da língua portuguesa<sup>15</sup>. Deve todavia observar-se que não é obra muito digna dessa primazia. Com efeito, a sua realização, sob o ponto de vista lexicográfico e metalinguístico é disforme, incoerente, mal fundamentada e praticamente inútil. A apreciação incompleta de Inocêncio, no seu registo bibliográfico, não é muito esclarecedora quanto às características dicionarísticas, mas é um indicador da sua pouca qualidade e um desimpedido testemunho sobre o modo como foi recebida pelo público:

Esta tentativa, anterior de alguns annos, como se vê pela data, á publicação da primeira edição do *Dicionario* de Antonio de Moraes Silva, faz por certo honra aos bons e patrióticos sentimentos do auctor, cujo zelo inconsiderado o levou a tentar uma empresa na verdade superior as suas forças e para a qual lhe faleciam os elementos e especies necessarias. Á força de querer ser conciso e systematico em demasia, tornou-se escuro, e por vezes ridiculo; e nas suas extravagantes investigações etymologicas adoptou opiniões insustentaveis, e só proprias de um espirito irreflexivo, que deixando se dominar por idéas antecipadas, vê tudo a travez do prisma de uma imaginação preocupada. A obra, logo que sahiu a luz, começou a servir de alvo aos apodos e sarcasmos dos criticos; e ha quem diga que a auctoridade publica interviéra, mandando retirar da circulação os exemplares, que por isso chegaram a tornar-se raros, e valeram consequentemente preços mais elevados (Silva 1858-1958: I, 378-379).

9. A recepção dos dicionários no Brasil e a interacção dos centros de produção franceses são aspectos preponderantes na história da lexicografia portuguesa.

Em 1807, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil marca o início de uma acentuada transumância linguística. O português ganha um novo espaço e uma identidade regional, amplia o consumo da leitura e suscita o crescimento do mercado livreiro, com especial solicitação no que se refere aos manuais escolares e aos textos de apoio ao uso da língua, gramáticas e dicionários.

António de Moraes Silva, o grande dicionarista da língua portuguesa moderna, é, a este respeito, uma figura emblemática. Nasceu no Rio de Janeiro, estudou e escreveu na Europa (Portugal, Inglaterra e França) e, depois de regressar ao Brasil, continuou a trabalhar na revisão do dicionário, produzindo acrescentos e correcções que foram retomados até à 4ª edição.

Neste âmbito, merece também referência Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829), provável companheiro e incentivador de Moraes Silva. É-lhe atribuído o trabalho de revisão e mesmo uma possível colaboração autoral na publicação ou numa das reedições do primeiro dicionário prá-

15. O *Dicionário poético* (Cândido Lusitano 1764) era já um dicionário monolíngue, mas era pouco mais do que um vocabulário de epítetos.



tico bilingue publicado em Lisboa, o *Novo dicionário francês e português* (Ivo / Paiva 1786), objecto de sucessivas edições no final do século XVIII e princípio do século XIX. Henriques de Paiva nasceu e estudou em Portugal e foi no Brasil (embora na condição de degredado, por insubmissão intelectual) um médico estudioso e um devotado intérprete da intercomunicação de Portugal com o Brasil. Traduziu várias obras do francês e do inglês e, ainda no âmbito lexicográfico, compôs uma farmacopeia e um dicionário de Botânica (Bahia, 1819) (cfr. Silva 1858-1958: VI, 12-18).

A procura de dicionários, no Brasil, estimulou de tal modo o trabalho de edição que, perante a incapacidade de resposta do parque gráfico em Portugal, motivou o surgimento de um centro editorial português em França, em grande parte dedicado à produção de dicionários.

Ao longo de todo o século XIX imprimiram-se em França, com tiragens de muitos milhares de exemplares, várias dezenas de dicionários portugueses, monolíngues e bilingues, que eram transportados de barco para Portugal e para o Brasil.

Alguns dicionaristas portugueses acompanharam a deslocação do centro editorial, viveram em França e, sob a influência dos modelos europeus, especialmente franceses, elaboraram as suas obras. Entre outros, tiveram copiosa divulgação no Brasil os dicionários de Solano Constâncio (c. 1772-1846), José da Fonseca (c. 1788-1866) e José Inácio Roquete (1801-1870), todos impressos em França (cfr. Ramos 1972).

Estes dicionários, na sua maior parte, e bem assim outros manuais escolares, traziam no rosto uma dedicatória formal: eram “oferecidos à mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil”, ou à “estudiosa mocidade portuguesa e brasileira”.

A partir dos meados do século XIX estabeleceram-se linhas regulares de circulação entre a Europa e o Brasil, com recurso parcial à navegação a vapor, os livros (particularmente os dicionários) beneficiaram dessa melhoria e ocuparam, durante algum tempo, um segmento muito significativo nas exportações para o Brasil. A difusão dos dicionários portugueses no Brasil (impressos em França) acentuou-se justamente a partir desses anos.

Correspondendo a essa solicitação do mercado, em 1858, Eduardo Faria (1823-1860) lançou no Brasil uma edição do *Diccionario da Lingua Portuguesa* (Faria 1859) e, na reedição revista deste dicionário, feita em Lisboa, por D. José de Lacerda (1803-1877), além de se referir no próprio título a integração de um “vocabulário da lingua Tupy”, invocava-se expressamente o público do Brasil como parceiro destinatário: *Diccionario da lingua portuguesa: para uso dos portuguezes e brasileiros* (Faria 1858-1859)

confirmando a importância comercial crescente desse espaço de escrita e leitura e de estudo da língua portuguesa.

Um dos dicionários mais divulgados no Brasil foi o de António de Moraes Silva, sobretudo a partir da 7ª edição (1877), “consideravelmente aumentada”. No prefácio pode ler-se uma informação esclarecedora, a este respeito:

Do grande numero de termos novos acrescentados, uma parte consideravel respeita ao Brasil, onde o Diccionario de Moraes é tão consultado.

A procura e o uso deste dicionário devem ter-se intensificado no Brasil, por iniciativa da Editora Empresa Literária Fluminense de A. A. da Silva Lobo, que tinha sede no Rio de Janeiro e que promoveu também a 8ª edição em 1889. Diz o editor, na nota introdutória desta “Nova edição revista e melhorada”:

Fômos nós que ha onze annos, ao começarmos a nossa casa no Brazil, ahi levámos o Moraes, collocando cinco sextas partes do total da 7ª edição, que um nosso amigo fazia em Lisboa a esse tempo.

10. Acompanhando a democratização da escrita e da leitura, os dicionários foram alargando o seu espaço de recepção e de difusão até se tornarem hoje um instrumento de uso quotidiano, indispensável no relacionamento das sociedades. São uma condição de civilização.

O primeiro dicionário prático português, procurado pelo público e muito divulgado, foi um dicionário bilingue de francês-português, acima referido (Ivo / Paiva 1786). Era um volume manual in 8º que terá começado a publicar-se pelos anos de 1770 e que teve um assinalado sucesso editorial, com tiragens “numerosas”, no dizer dos editores. Teve uma edição, que se dizia sétima, em 1803<sup>16</sup>. Oferecia-se com a aparência de um livro funcional, graficamente aligeirado, utilitário e certamente menos dispendioso do que outros de volume semelhante. Transcreve-se a portada da edição de 1786, que se dizia 5ª:

*Novo Diccionario Francez e Portugues, composto segundo os mais célebres dictionarios e enriquecido de muitos termos de medicina, de anatomia, de cirurgia, de farmacia, de quimicia [sic], de historia natural, de botanica, de*

16. “Os applausos com que o público tem recebido, e approved este Diccionario todas as vezes que tem sahido á luz, a grande estimação que delle fez, a brevidade com que seis edições tão numerosas se consumirão, tudo isto prova bem evidentemente a sua bondade e merecimento” (“Aviso”, texto introdutório da 7ª ed.).

*matemática, de marinha, e de todas as outras artes e sciencias, notavelmente corrigido, emendado, e adicionado com hum sem numero de termos, e locuções, e algumas frações em ambos os idiomas.* Quinta Edição. Lisboa: Na Officina de Filipe da Silva e Azevedo. Anno M.DCC.LXXXVI.

Não se indica, nesta edição, o nome do autor, mas o *Novo Dicionario Francês e Português*, publicado pelo menos até 1817, é geralmente atribuído a Miguel Tibério Pedegache Brandão Ivo (1730?-1794) e é também referido como responsável pela sua revisão e melhoria, o já citado Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1755-1829)<sup>17</sup>. O número de entradas do léxico francês aproxima-se, neste dicionário, das 34.000. Trata-se de um valor quantitativo apreciável correspondente a um registo muito elevado do domínio lexical da língua, tendo em conta os níveis médios das nomenclaturas dos dicionários monolíngues da época. Neste *Novo Dicionario*, convergiam já as principais características dos dicionários de fácil e frequente utilização, que se tornaram instrumentos imprescindíveis no trânsito escolar e na interação discursiva da vida moderna, cada vez mais ocupada pela escrita e pela comunicação alargada. Mas havia ainda margem para reduzir o vulto e a cópia dos dicionários práticos. A adequação a um público de novos leitores e à solicitação escolar haveria de torná-los mais pequenos, mais maleáveis e fáceis de manusear e de consultar, e mais adequados para acompanharem a mobilidade dos utilizadores.

Este e outros dicionários de francês-português, numerosamente publicados desde o final do século XVIII, correspondiam certamente ao impulsionamento do uso e do ensino do francês em Portugal e no Brasil, mas podemos tomá-los também como um indicador do início de um processo de vulgarização dos dicionários.

A lexicografia teve início bilingue, com os dicionários de latim-vernáculo, e foi ainda a procura bilingue que suscitou, no espaço da língua portuguesa, a democratização do dicionário, começando e crescendo com o progrediente desenvolvimento do ensino do francês e (com menos solicitação, e um pouco mais tarde) também do inglês.

O dicionário monolíngue veio um pouco depois. A sua divulgação e uso generalizado podem tomar como referência cronológica inaugural o ano de 1806, com a publicação de um dicionário prático da língua portuguesa (já acima citado), por iniciativa do operoso tipógrafo francês, instalado em Lisboa, Francisco Rolland (1743-1814) (*Novo diccionario* 1806).

17. A notícia bibliográfica desta mesma edição que se encontra em catálogos internacionais apresenta algumas diferenças; provavelmente foram feitas diferentes tiragens com a mesma referência de edição. Num desses registos bibliográficos menciona-se João Henriques de Paiva, como eventual responsável pela melhoria da edição, mas não se conhece documentação que possa confirmar esse dado, que poderá ser um lapso do catalogador.

Trata-se de um volume in 4º pequeno, com 864 páginas (não numeradas), que oferece cerca de 30.000 entradas, distribuídas, com grande legibilidade, em duas colunas. Foi publicado anónimo e não temos ainda hoje informação provável sobre a sua autoria, para além de uma muito previsível implicação do próprio editor. Foi objecto de reedição “correcta e augmentada” em 1817 e 1835. Começa com um parafraseado exergo, na página de rosto, adiantando algumas informações sobre a doutrina lexicográfica e linguística que terá orientado a sua publicação:

*Novo Dicionario da Lingua Portugeza, composto sobre os que até o presente se tem dado ao prelo, acrescentado de varios Vocabulos extrahidos dos Classicos Antigos, e dos Modernos de melhor nota, que se achão universalmente recebidos.* Lisboa, na Typografia Rollandiana. 1806. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

A valorização da memória patrimonial da língua e a aceitação de uma norma do bom uso são os aspectos lembrados como indicadores da qualidade da obra. A invocação dos autores clássicos é sobretudo ornamental e encontra-se muito ocasionalmente repercutida no texto do dicionário. Diz-se no “Prólogo” que foram omitidas “as numerosas citações e allegações” porque ocupariam uma boa parte do volume. A criteriosa selecção da nomenclatura recolhida nos dicionários de António de Morais Silva (1789) e de Joaquim José da Costa e Sá (1794), e a síntese dos artigos recolhidos nas mesmas fontes dispensaram o autor de recorrer aos clássicos para “extrair” os vocábulos dicionarizados. Assim mesmo, e pelo mérito das fontes, o *Novo dicionário* marca um momento de referência na história dos dicionários portugueses.

A lexicografia prática monolíngue prosseguiria, logo no início do século XIX, com os dicionários “portáteis” ainda mais pequenos, em tamanho de bolso, e mais numerosos, despertando a concorrência de autores e editores. Foram produzidos, na sua maior parte, em prelos franceses.

Entre os vários dicionários práticos da língua portuguesa publicados durante o século XIX, o que mais se distingue é o *Diccionario da Lingua Portugeza* de José da Fonseca, feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado por José Inácio Roquete, publicado pela primeira vez em Paris, pelos editores Guillard/Aillaud, em 1848, juntamente com o *Diccionario dos Synonimos, Poetico e de Epithethos da Lingua Portugeza*, pelos mesmos autores (Fonseca / Roquete 1848a e b). Este conjunto de dicionários teve sucessivas edições até ao final do século, e foi provavelmente a elaboração lexicográfica mais difundida e com maior volume de vendas em toda a história da dicionarística portuguesa. Segundo o testemunho de Alberto de Oliveira (s. d.: 44-46) foi este um dos dicionários usados por Eça

de Queirós, este, certamente entre outros, porque o talentoso romancista foi um frequentador assíduo de dicionários e a eles se refere em vários locais da sua obra<sup>18</sup>. Serve-nos o seu exemplo também para documentar uma implicada reciprocidade entre os dicionários e a elaboração literária, potenciada, neste caso com a parceria do *Diccionario dos Synonimos*<sup>19</sup>. É certo que os dicionários de apoio à composição literária tinham já uma tradição que remontava ao século XVI, mas a sua utilização foi fortemente incentivada com o alargamento do consumo literário no século XIX. Almeida Garrett, numa nota à primeira edição do poema *Camões* (1825), notava a necessidade e as vantagens dessa elaboração lexicográfica:

Direi sempre que sem um bom Dicionário de Sinónimos e outro de origens ou etimológico, nunca chegaremos a falar uma língua perfeita e de nação civilizada (Garrett 1966: II, 429).

A utilização geral e individualizada dos dicionários, a democratização que transparece claramente em títulos como “dicionário popular”, “elementar”, “escolar”, coalesce com a expansão da literatura de ficção romanesca e da actividade jornalística, ao longo do século XIX, estabelecendo vínculos e interdependências sinérgicas que se repercutem na história das línguas.

No século XIX, intensifica-se a ligação entre o espaço da literatura e os dicionários, que se tornam ingrediente oculto mas vital para a produção literária e, de um modo mesmo mais amplo, para todo o discurso do universo cultural.

11. A lexicografia portuguesa preencheu a sua história geralmente confrontada com um certo desamparo institucional, e sem o apoio de uma política da língua, responsável e esclarecida. Os ideais de “defesa”, “estudo” e “ilustração” da língua vernácula, que ardorosamente estimularam escritores e filólogos portugueses, motivaram também algumas vezes o discurso político, mas raramente se repercutiram em acções concretas.

Não existe em Portugal uma academia da língua, nem outro qualquer instituto do estado que lhe seja dedicado de modo exclusivo. A

18. Entre outras citações, menciona em *Os Maias*, *O Crime do Padre Amaro* e *A Ilustre Casa de Ramires* “dicionários de rimas” e “dicionários de sinónimos”, com subtil ironia, deixando implícita a ideia de que a sua utilização torna artificial e falseia a criação literária, mas é claro que ele os conhecia e podemos supor que poderia muito bem utilizá-los.

19. Extinta a parceria editorial entre os dois dicionários, no final do sec. XIX, o percurso do dicionário de sinónimos prosseguiu ao longo do século XX com muitas reedições na Editora Lello & Irmão, Porto.

Academia Real das Ciências (hoje Academia das Ciências de Lisboa), fundada em Dezembro de 1779, incluía no seu programa a publicação de uma gramática e de um dicionário, mas “os fins” da Academia abrangiam, para além dos saberes linguísticos, todo o espectro amplo das ciências e por isso, ela era corporizada por uma diversidade escolhida de sábios que não tinham que privilegiar as iniciativas literárias e filológicas. A história do *Dicionário da Academia* é um concludente exemplo, se não da sua inoperância, pelo menos da dificuldade em implementar o projecto fundacional.

Apesar de tudo, a Academia foi uma das poucas instituições públicas a assegurar alguma referência normativa, promovendo a publicação de trabalhos metalinguísticos<sup>20</sup>, apoiando a codificação e a legislação ortográfica, e assumindo a elaboração do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (Academia das Ciências 1940), depois redimensionado no *Vocabulário ortográfico resumido da língua portuguesa* (Academia das Ciências 1947 e 1970), e, finalmente, tentando sempre a elaboração de um “Dicionário Académico”. Na estrutura da Academia foi integrado um Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa que apoiou já a publicação do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (Academia das Ciências 2001)<sup>21</sup>.

Os empreendimentos de pesquisa e de elaboração lexicográfica em Portugal foram realizados, na sua maior parte, sem o apoio do estado ou de instituições públicas, sobretudo até aos últimos decénios do século XX, quando começou a poder contar-se com o trabalho de investigadores ligados às universidades e, em especial, ao Centro de Estudos Filológicos, actualmente Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL).

O projecto do *Português Fundamental* (Bacelar do Nascimento et al. 1984 e 1987), aqui iniciado em 1970, foi o primeiro contributo institucio-

20. Além da *Gramática* de Jerónimo Soares Barbosa (1822), poderão mencionar-se, entre outros, alguns textos mais orientados para o estudo do vocabulário, como os ensaios de António das Neves Pereira, António Pereira de Figueiredo e Francisco Dias Gomes; os estudos lexicográficos de Fr. João de Sousa e do Cardeal Saraiva, e as *Reflexões sobre a língua portuguesa* por Francisco José Freire (1842).

21. De acordo com os Estatutos actualmente em vigor, entre as “finalidades da Academia”, destacam-se as seguintes disposições referentes à língua portuguesa: “Estimular o enriquecimento e o estudo do pensamento, da literatura, da língua e demais formas de cultura nacional” (art. 4º b); “A Academia é o órgão consultivo do Governo Português em matéria linguística” (art. 5º); “No que respeita à unidade e expansão da língua portuguesa, a Academia procura coordenar a sua acção com a Academia Brasileira de Letras e com as instituições culturais dos outros países de língua portuguesa e dos núcleos portugueses no estrangeiro. À Academia compete propor ao Governo ou a quaisquer instituições científicas e serviços culturais as medidas que considerar convenientes para assegurar e promover a unidade e expansão do idioma português” (art. 6º).

nal para o agenciamento e estudo estatístico do léxico português em uso activo.

A iniciativa deu origem a uma base de dados actualizável, que se prolongou e que se encontra reconfigurada, a partir de 1988, no Corpus de Referência do *Português Contemporâneo* (CRPC). Nele se acumulam presentemente cerca de 334 milhões de palavras, recolhidas num alargado leque de tipos de discurso e de variedades regionais de todo o espaço lusófono, com um alcance diacrónico dos meados do século XIX até à actualidade.

O estudo e a pesquisa nos domínios da lexicografia, são hoje objecto de linhas de investigação e de projectos em desenvolvimento, em várias Universidades e em alguns Centros da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com destaque para o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), criado em 1988, para dar apoio a um projecto europeu de tradução automática (EUROTRA), manteve-se depois, ligado às Universidades de Lisboa, privilegiando, entre os seus objectivos, a execução de projectos orientados para a construção e a informatização de léxicos e terminologias.

Assinalável referência merece também o projecto do *Corpus Lexicográfico do Português* (CLP) empreendido no Centro de Línguas e Culturas na Universidade de Aveiro, iniciado em 2003, com financiamento da FCT. Tem por objecto a recuperação da memória lexical portuguesa, dicionarizada desde o século XVI. Foi já efectuada a leitura crítica e o tratamento computacional do texto da maior parte dos dicionários antigos, facultando-se o acesso a todas as formas portuguesas neles registadas e à respectiva concordância, através de um motor de busca DICIWEB (Verdelho / Silvestre 2007).

Além da abundante pesquisa desenvolvida no Brasil, onde a dicionarística da língua portuguesa tem actualmente os centros mais dinâmicos da sua realização, a lexicografia portuguesa tem podido contar ainda com a colaboração generosa de estudiosos lusitanistas ligados a centros de investigação fora de Portugal. A maior parte dessa colaboração encontra-se em dicionários bilingues, mas foram produzidos também textos de muito mérito no âmbito da lexicografia monolingue portuguesa. Entre outros, devem citar-se o *Dicionário inverso da língua portuguesa*, publicado em Moscovo, em 1971, pela saudosa Professora Elena Wolf (1971); e o compendioso *Dicionário dos dicionários portugueses*, publicado com diligente persistência pelo Professor Dieter Messner, a partir de 1994, numa sequência que vai já em 20 volumes (Messner 1994- ).

Ainda fora do espaço lusófono, o reconhecimento e estudo do vocabulário português tem sido beneficiado também por projectos de inves-

tigação que recorrem à tecnologia computacional e que oferecem na Internet a informação elaborada. Entre outros, merecem boa lembrança, o *Corpus do Português* (Davies/Ferreira 2006) que dá acesso a uma base de dados com mais de 45 milhões de palavras, permitindo acesso fácil a todas as formas contextualizadas com as respectivas concordâncias<sup>22</sup>.

Especial menção é devida ao *Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega (TMILG)*, promovido pelo Instituto da Língua Galega (Santiago de Compostela) e dirigido pelo Prof. Xavier Varela Barreiro. Trata-se de um trabalho filológico feito com rara sistematicidade e com recorrida acribia. Além da fruição literária dos textos, acrescenta um tratamento computacional que faculta acesso a todas as formas ocorrentes oferecendo-se como o mais importante recurso paralexiconográfico, presentemente disponível, para o estudo do português antigo.

22. Transcreve-se a informação fornecida pelos autores: “O *Corpus do português* foi generosamente patrocinado pela US National Endowment for the Humanities (2004-06). O projeto do corpus foi concluído no verão de 2006, mas a interface, a anotação/etiquetagem e a arquitetura do corpus ainda estão sendo modificados. Também recebemos um apoio muito generoso de nossas respectivas universidades: Brigham Young University (Mark Davies) e Georgetown University (Michael J. Ferreira).”